

ARTIGO - 2. PATRIMÔNIO CULTURAL E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: O PATRIMÔNIO NA ÉPOCA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A CONSERVAÇÃO ENTRE NOVOS E VELHOS RISCOS / AS ESCALAS DO PATRIMÔNIO: LOCAL - GLOBAL / MODELOS INOVADORES DE GESTÃO PARTICIPATIVA E ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS / ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO PARA A CONSERVAÇÃO..

ANÁLISE DO RISCO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS AOS BENS TOMBADOS EM MINAS GERAIS

Márcio José Gabrich Fonseca Freire Ramos (marcio.gabrich@iepha.mg.gov.br)

Daniele Gomes Ferreira (daniele.ferreira@iepha.mg.gov.br)

As mudanças climáticas vêm intensificando a frequência e a severidade dos incêndios florestais, impactando diretamente o patrimônio cultural, especialmente os bens culturais situados em áreas rurais. Nesse contexto, este trabalho investiga a vulnerabilidade dos bens culturais tombados pelo Estado de Minas Gerais frente aos incêndios florestais ocorridos entre 2019 e 2024, identificando a ocorrência ou o risco de serem atingidos pelo fogo. A metodologia utilizada partiu da análise de dados do projeto MapBiomas (Coleção 4 da série anual de mapas de cicatriz de fogo do Brasil - área queimada anual) e da base de dados espaciais do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG com a localização dos bens tombados. A análise espacial considerou a proximidade de áreas queimadas em relação aos bens tombados, além de critérios que incluíram a sobreposição direta ou presença de cicatrizes de fogo em até 500 metros dos limites da área de tombamento ou de entorno de tombamento. A metodologia

adotada também levou em conta características como a presença de vegetação, pastagens e a dificuldade de acesso, fatores que potencializam o risco aos bens protegidos. Os resultados apontaram que os bens mais vulneráveis são aqueles classificados como Patrimônio Natural, Conjuntos Rurais e Sítios Arqueológicos, especialmente localizados na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. A partir dessa identificação, foram elaboradas propostas de ações preventivas e protocolos emergenciais para minimizar os impactos dos incêndios florestais sobre o patrimônio cultural, baseadas em diretrizes de órgãos ambientais e aqueles voltados para a preservação de acervos museais, além do Corpo de Bombeiros. O estudo contribuiu para a construção de estratégias de gestão de risco aplicadas ao patrimônio cultural e reforça a importância da integração entre políticas de conservação e ações de adaptação e mitigação às mudanças do clima.

Palavras-chave: área queimada; análise espacial; mapbiomas; bens tombados; protocolo de emergência.